



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

4 A 8 DE NOVEMBRO DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

Segunda-feira (04/11)

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Audiência Pública- Tema: Audiência Pública sobre a regulamentação das plataformas de *streaming*.

Resultado: Realizada.

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Reunião - Tema: (i) Redação Final da proposta do Anteprojeto para modificação da Lei 8.389, de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências; (ii) Relatório da proposta de reformulação do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderes Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich; e (iii) Audiência pública sobre a situação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com participação da Diretora-Geral da EBC, Maíra Bittencourt e o Representante dos Empregados no Conselho Administrativo da EBC, Thiago Interaminense.

Resultado: Realizada.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (05/11)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PL 4000/2012 - Dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Autor: Lídice da Mata

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3.509/2012, 6.117/2013, 6.613/2013, 7.995/2014, 7.235/2017, 1.412/2021, 1.150/2011, 5.779/2013, 7.557/2014, e 218/2022, apensados, e da Emenda apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 5306/2020 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos desses Fundos, para incluir as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais; e dá outras providências.

Explicação: autoriza o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, com encargos, prazos e demais condições financeiras próprias, destinadas prioritariamente à criação e ao desenvolvimento de startups.

Autor: Eduardo Braga

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela CINDRE.

Resultado: Não deliberado.

PL 514/2011 - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

Resultado: Não deliberado.

PL 486/2019 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para aquisições de equipamentos de informática por famílias de baixa renda inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Autor: Capitão Wagner (UNIÃO/CE)

Relator: Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

Parecer: Aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 1613/2022 - Dispõe sobre a criação da “Plataforma CURA”.

Explicação: Trata de portal com informações sobre medicamentos de alto custo

Autor: José Nelto (PP/GO)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAUDE).

Resultado: Não deliberado.

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda apresentada na Comissão, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 537/2024 - Dispõe sobre o fortalecimento da atividade de inteligência policial para a prevenção, investigação e repressão aos crimes cujo aliciamento de pessoas ocorre pela Internet e as ações de violência extrema e mórbida se manifestam fora dela.

Explicação: Prevê o fortalecimento das ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos, especialmente os que tenham repercussões sociais violentas.

Autor: Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PL 2485/2023 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para dispor sobre a subcapitalização de pessoas jurídicas.

Autor: da Vitória (PP/ES)

Relator: Ivoneide Caetano (PT/BA)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

SENADO FEDERAL

Não foram identificadas matérias ou eventos de interesse da associação na Agenda do Senado Federal.